

RIBEIRÃO - PE

V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

ESPECIFICAÇÃO	MONTANTE DA DÍVIDA					R\$ milhares
	2015	2016	2017	2018	2019	
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	25.448	26.070	25.713	25.356	25.000	24.643
Dívida Mobiliária	0	0	0	0	0	0
Outras Dívidas	25.448	26.070	25.713	25.356	25.000	24.643
DEDUÇÕES (II)	1.230	2.408	2.409	2.511	2.618	2.729
Ativo Disponível	6.217	4.289	1.216	1.267	1.321	1.377
Haveres Financeiros	54	4.209	1.193	1.244	1.297	1.352
(-) Restos a Pagar Processados	5.041	6.090	0	0	0	0
DCL (III) = (I-II)	24.218	23.662	23.305	22.845	22.382	21.914

Notas:

1 - Se as deduções forem maiores que o montante da Dívida Consolidada, o valor da Dívida Consolidada Líquida (DCL) será igual a zero, conforme instruído no Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, 8ª edição.

2 - Para preenchimento do campo da Dívida Consolidada foram consideradas as projeções de amortização conforme demonstrativo abaixo:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
INSS	9.930	10.223	9.880	9.538	9.195	8.853
RPPS	13.872	14.201	14.201	14.201	14.201	14.201
FGTS			0	0	0	0
COMPESA			0	0	0	0
CELPE			0	0	0	0
TELEMAR			0	0	0	0
PRECATÓRIOS		1.646	1.632	1.618	1.603	1.589
OUTRAS DÍVIDAS	1.646	1.646	1.632	1.618	1.603	1.589
TOTAIS	25.448	26.070	25.713	25.356	25.000	24.643

3 - A projeção do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros de 2017 foi elaborada da seguinte forma:

Valores em milhares (R\$) -

Disponibilidade de caixa em 01 de janeiro de 2017	4.289
Realizável em 01 de janeiro de 2017	4.209
(=) Ativo Financeiro em 01 de janeiro de 2017	8.498
(+) Provisão de Entrada de Recursos até 31 de dezembro de 2017	80.878
(=) Disponibilidade de Caixa Bruta	89.376
(-) Restos a pagar a serem pagos em 2017	6.090
(-) Despesas orçamentárias a serem pagas em 2017	80.878
(=) Disponibilidade de Caixa Líquida em 2017	2.409



RIBEIRÃO - PE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAISAVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2018

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2016 (a)	% PIB*	Metas Realizadas em 2016 (b)	% PIB*	R\$ milhares		
					% PIB*	Variação	
						Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total	84.906	0,055	77.880	0,050	-7.026	-8,28	
Receitas Primárias (I)	83.981	0,054	77.880	0,050	-6.101	-7,26	
Despesa Total	84.906	0,055	74.043	0,048	-10.863	-12,79	
Despesas Primárias (II)	83.863	0,054	72.919	0,047	-10.944	-13,05	
Resultado Primário (III) = (I - II)	118	0,000	4.961	0,003	4.843	4.104,24	
Resultado Nominal	-1.021	-0,001	-556	0,000	465	-45,54	
Dívida Pública Consolidada	0	0,000	26.070	0,017	26.070	-	
Dívida Consolidada Líquida	-1.528	-0,001	23.662	0,015	25.190	-1.648,56	

ESPECIFICAÇÃO

Valor Efetivo (realizado) do PIB Estadual em 2015

Nota:

VALOR - R\$ milhares

155.500.000

Tabela 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores



RIBEIRÃO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2018

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										R\$ milhares
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	
Receita Total	72.517	77.880	7,396	80.878	3,850	88.000	8,806	95.095	8,062	101.472	6,706
Receitas Primárias (I)	72.517	77.880	7,396	80.630	3,531	87.536	8,565	94.600	8,069	100.943	6,706
Despesa Total	72.826	74.043	1,671	80.878	9,231	88.000	8,806	95.095	8,063	101.472	6,705
Despesas Primárias (II)	71.793	72.919	1,568	79.715	9,320	86.788	8,872	93.831	8,116	100.154	6,738
Resultado Primário (III) = (I - II)	724	4.961	5,827	915	-5,788	749	-0,307	769	-0,047	789	-0,033
Resultado Nominal	24.218	-556	-102,296	-357	-35,719	-459	28,476	-464	0,947	-468	0,978
Dívida Pública Consolidada	25.448	26.070	2,444	25.713	-1,369	25.356	-1,388	25.000	-1,407	24.643	-1,427
Dívida Consolidada Líquida	24.218	23.662	-2,296	23.305	0,000	22.845	0,000	22.382	0,000	21.914	0,000

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										R\$ milhares
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	
Receita Total	79.745	80.575	1,040	80.878	0,377	84.413	4,370	87.499	3,657	89.561	2,356
Receitas Primárias (I)	79.745	80.575	1,040	80.630	0,069	83.968	4,139	87.044	3,663	89.094	2,356
Despesa Total	80.085	76.605	-4,346	80.878	5,578	84.412	4,370	87.500	3,657	89.561	2,355
Despesas Primárias (II)	78.949	75.442	-4,442	79.715	5,664	83.249	4,434	86.337	3,708	88.398	2,387
Resultado Primário (III) = (I - II)	796	5.133	5,482	915	-5,595	781	-0,295	707	-0,045	697	-0,031
Resultado Nominal	26.632	-575	-102,160	-357	-37,869	-440	23,239	-427	-3,168	-413	-3,138
Dívida Pública Consolidada	27.985	26.972	-3,618	25.713	-4,667	24.323	-5,408	23.003	-5,427	21.750	-5,446
Dívida Consolidada Líquida	26.632	24.481	-8,078	23.305	-4,804	21.914	-5,957	20.594	-6,023	19.341	-6,083

Nota: Os índices utilizados neste demonstrativo foram obtidos nos Relatórios FOCUS (30 de junho de 2016), no P.J.LDO 2018 da União, elaborado pelo Ministério do Planejamento e no site eletrônico do IBGE.

ÍNDICES DE INFLAÇÃO	
2015	10,67%
2016	6,29%
2017	3,46%
2018	4,25%
2019	4,25%
2020	4,25%

METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS VALORES CONSTANTES	
2015	- Valor Corrente x 1,0997
2016	- Valor Corrente x 1,0346
2017	- Valor Corrente / -
2018	- Valor Corrente / 1,0425
2019	- Valor Corrente / 1,0868
2020	- Valor Corrente / 1,1330

Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido

RIBEIRÃO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2018

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso III)

R\$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016		2015		2014	
		%		%		%
Patrimônio / Capital	0	0	0	0	0	0
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultado Acumulado	-154.588	100	-127.507	100	-152.120	100
TOTAL	-154.588	100	-127.507	100	-152.120	100

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	REGIME PREVIDENCIÁRIO		2015		2014	
	2016	%		%		%
Patrimônio	0	0	0	0	0	0
Reservas	0	0	0	0	0	0
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-142.547	100	-113.282	100	-134.007	100
TOTAL	-142.547	100	-113.282	100	-134.007	100

Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos

RIBEIRÃO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2018

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2016	2015	R\$ milhares
(a)	(b)	(c)	2014
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0	0	0
Alienação de Bens Móveis	0	0	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
DESPESAS EXECUTADAS	2016	2015	2014
	(d)	(e)	(f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0	0	0
DESPESAS DE CAPITAL	0	0	0
Investimentos	0	0	0
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESP. CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Servidores Públicos	0	0	0
SALDO FINANCEIRO	(g)=(Ia-Id)+(IIh)	(h)=(Ib-Ile)+(IIi)	(i)=(Ic-Ilf)
VALOR (III)	0	0	0

Tabela 6 – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES



RIBEIRÃO - PE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2018

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ milhares

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES (I)	6.083	6.469	7.449
Receita de Contribuições dos Segurados	2.899	2.851	3.739
Civil	2.899	2.851	3.739
Ativo	2.899	2.851	3.720
Inativo	0	0	17
Pensionista	0	0	2
Militar	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais	3.158	3.613	3.709
Civil	3.158	3.613	3.709
Ativo	3.158	3.613	3.709
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Militar	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0	0	0
Receita Patrimonial	0	0	0
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0	0	0
Outras Receitas Correntes	26	5	1
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0	0	0
Demais Receitas Correntes	26	5	1
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	6.083	6.469	7.449
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2014	2015	2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	158	138	122
Despesas Correntes	158	138	122
Despesas de Capital	0	0	0
PREVIDÊNCIA (V)	5.841	6.519	7.452
Benefícios - Civil	5.841	6.519	7.452
Aposentadorias	5.841	6.519	7.452
Pensões	0	0	0
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0
Benefícios - Militar	0	0	0
Aposentadorias	0	0	0
Pensões	0	0	0
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	5.999	6.657	7.574
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	84	-188	-125
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2014	2015	2016
VALOR	0	0	0
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2014	2015	2016
VALOR	0	0	0
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2014	2015	2016
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0	0	0
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0	0	0
Outros Aportes para O RPPS	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0	0	133
BENS E DIREITOS DO RPPS	2014	2015	2016
Cassa e Equivalente de Caixa	0	1	61
Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outro Bens e Direitos	11	21.092	21.092

continua



PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0	0	0
Receita de Contribuições dos Segurados	0	0	0
Civil	0	0	0
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar	0	0	0
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	0	0	0
Civil	0	0	0
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar	0	0	0
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial	0	0	0
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outras Receitas Correntes	0	0	0
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (X) = (VIII + IX)	0	0	0
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2014	2015	2016
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0	0	0
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (XII)	0	0	0
Benefícios - Civil	0	0	0
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar	0	0	0
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (XIII) = (XI + XII)	0	0	0
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2014	2015	2016
Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeira			
Recursos Para Formação de Reserva			

Tabela 6.1 - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores



RIBEIRÃO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
2018

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2017	6.035	12.456	-6.421	-5.321
2018	6.108	13.801	-7.693	-13.014
2019	6.332	15.431	-9.099	-22.113
2020	6.405	17.763	-11.358	-33.471
2021	6.579	19.885	-13.306	-46.777
2022	6.845	21.773	-14.928	-61.705
2023	7.093	23.913	-16.820	-78.525
2024	7.207	26.743	-19.536	-98.061
2025	7.462	29.188	-21.726	-119.787
2026	7.762	31.653	-23.891	-143.678
2027	8.074	34.248	-26.174	-169.852
2028	8.416	36.947	-28.531	-198.383
2029	8.760	39.829	-31.069	-229.452
2030	8.920	43.570	-34.650	-264.102
2031	9.202	47.077	-37.875	-301.977
2032	9.460	50.891	-41.431	-343.408
2033	9.798	54.599	-44.801	-388.209
2034	10.025	58.926	-48.901	-437.110
2035	10.392	62.941	-52.549	-489.659
2036	10.448	68.276	-57.828	-547.487
2037	10.521	73.724	-63.203	-610.690
2038	10.708	76.913	-66.205	-676.895
2039	10.802	84.587	-73.785	-750.680
2040	10.720	90.999	-80.279	-830.959
2041	11.033	96.101	-85.068	-916.027
2042	11.398	101.109	-89.711	-1.005.738
2043	11.805	106.020	-94.215	-1.099.953
2044	12.194	111.020	-98.826	-1.198.779
2045	12.547	116.136	-103.589	-1.302.368
2046	12.965	120.971	-108.006	-1.410.374
2047	13.274	126.078	-112.804	-1.523.178
2048	13.632	130.869	-117.237	-1.640.415
2049	13.974	135.493	-121.519	-1.761.934
2050	14.313	139.852	-125.539	-1.887.473
2051	14.545	143.901	-129.356	-2.016.829

(continua)

(continuação)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2052	14.977	147.557	-132.580	-2.149.409
2053	15.270	150.887	-135.617	-2.285.026
2054	15.519	153.839	-138.320	-2.423.346
2055	15.762	156.222	-140.460	-2.563.806
2056	15.957	156.120	-140.163	-2.703.969
2057	16.003	159.799	-143.796	-2.847.765
2058	16.082	160.603	-144.521	-2.992.286
2059	16.099	160.600	-144.501	-3.136.787
2060	16.053	160.358	-144.305	-3.281.092
2061	15.941	159.263	-143.322	-3.424.414
2062	15.762	157.503	-141.741	-3.566.155
2063	15.517	155.071	-139.554	-3.705.709
2064	15.204	151.972	-136.768	-3.842.477
2065	14.827	148.223	-133.396	-3.975.873
2066	14.389	143.855	-129.466	-4.105.339
2067	13.893	138.912	-125.019	-4.230.358
2068	13.344	133.438	-120.094	-4.350.452
2069	12.751	127.514	-114.763	-4.465.215
2070	12.121	121.209	-109.088	-4.574.303
2071	11.461	114.612	-103.151	-4.677.454
2072	10.778	107.788	-97.010	-4.774.464
2073	10.082	100.823	-90.741	-4.865.205
2074	9.378	93.787	-84.409	-4.949.614
2075	8.674	86.747	-78.073	-5.027.687
2076	7.976	79.768	-71.792	-5.099.479
2077	7.287	72.873	-65.586	-5.165.065
2078	6.808	66.084	-59.276	-5.224.341
2079	5.945	59.450	-53.505	-5.277.846
2080	5.301	53.014	-47.713	-5.325.559
2081	4.683	46.635	-41.952	-5.367.511
2082	4.094	40.947	-36.853	-5.404.364
2083	3.543	35.434	-31.891	-5.436.255
2084	3.033	30.334	-27.301	-5.463.556
2085	2.571	26.713	-24.142	-5.487.698
2086	2.159	21.599	-19.440	-5.507.138
2087	1.799	17.999	-16.200	-5.523.338
2088	1.491	14.915	-13.424	-5.536.762
2089	1.231	12.310	-11.079	-5.547.841
2090	1.017	10.171	-9.154	-5.556.995
2091			0	-5.556.995

Nota: Projeção Atuarial elaborada em 2016, com data base 31/12/2015.



RIBEIRÃO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2018

R\$ milhares

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA		COMPENSAÇÃO
			2018	2019	
TOTAL					-

Nota:

Não são estimados valores, para renúncia de receita, relativos a eventual concessão de benefício fiscal, a serem concedidos nos termos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e nos termos do art. 70 do texto legal do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, devendo ser feito estudo de impacto orçamentário-financeiro por ocasião da concessão do benefício, durante o exercício respectivo.



RIBEIRÃO - PE

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS**

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2018**

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso V)

EVENTOS	Valor Previsto para 2018	R\$ milhares
Aumento Permanente da Receita		5.998
(-) Transferências Constitucionais		0
(-) Transferências ao FUNDEB		2.017
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)		3.981
Redução Permanente de Despesa (II)		0
Margem Bruta (III) = (I+II)		3.981
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)		2.374
Novas DOCC		2.374
Novas DOCC geradas por PPP		0
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)		1.607

Nota:

1 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, nos termos do art. 17 da LRF, para o Município em 2018, decorrem do aumento do salário mínimo nacional, estimado para 4,48%.

2 - Foi considerado, para 2018, aumento de receita de até 6,25%, resultante da projeção de inflação de 4,25% e crescimento do PIB de 2,00%.

ANEXO III
DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2018
ANEXO DE RISCOS FISCAIS

APRESENTAÇÃO:

O presente Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município, para 2018, foi determinado pelo § 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - LRF, com a finalidade de registrar e avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, bem como informar as providências a serem tomadas pela Administração, caso os riscos se concretizem.

Art. 4º.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Riscos Fiscais são possibilidades de ocorrências de eventos que venham a impactar negativamente nas contas públicas, eventos estes resultantes da realização das ações previstas no programa de trabalho para o exercício ou decorrentes das metas de resultados, correspondendo, assim, aos riscos provenientes das obrigações financeiras do governo.

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.180/09, que aprovou a NBC T 19.7, que trata de provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas, definiu, nos seguintes termos: **contingência passiva** é uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou é uma obrigação presente que surge em decorrência de eventos passados, mas que não é reconhecida ou porque é improvável que a entidade tenha de liquidá-la; ou porque o valor da obrigação não pode ser estimado com suficiente segurança.

A **Reserva de Contingência**, conforme estabelecido na alínea “b” do inciso III do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, os quais incluem as alterações e adequações orçamentárias em conformidade com o disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Constará da Lei Orçamentária pelo menos 3% (três por cento) da receita corrente líquida para a reserva de contingência.

Também é possível superar ocorrências de eventos de que trata este anexo, por meio de realocação ou redução de despesas discricionárias.

Prefeitura Municipal de Ribeirão
Estado de Pernambuco

No exercício de 2018 poderão vir a acontecer fatos que impliquem nos seguintes riscos fiscais:

1. Não atingimento das metas de arrecadação de receitas em decorrência de:
 - a) Ritmo de crescimento da atividade econômica do País abaixo do que está sendo projetado, com reflexo no nível de arrecadação dos tributos municipais e dos recursos resultantes de transferências constitucionais e legais feitas por outros entes federativos;
 - b) Flutuações na taxa de câmbio e/ou aumento da taxa de juros, que tragam reflexos para a economia, implicando em aumento do custo do serviço da dívida (juros e amortizações);
 - c) Ocorrência de índices inflacionários diferentes daqueles previstos, que venham a prejudicar as metas fiscais consideradas nas projeções desta LDO.

2. Ocorrência de epidemias, enchentes, secas, abalos sísmicos e outras situações de calamidade pública, ou emergencial, que implique em despesas não previstas, podem prejudicar as metas fiscais, especialmente o resultado primário.

3. Incremento da dívida previdenciária que impliquem na assunção formal de débitos em favor da previdência social, assim como débitos de anos anteriores em favor do PASEP, decorrente de levantamentos feitos pela Receita Federal do Brasil;

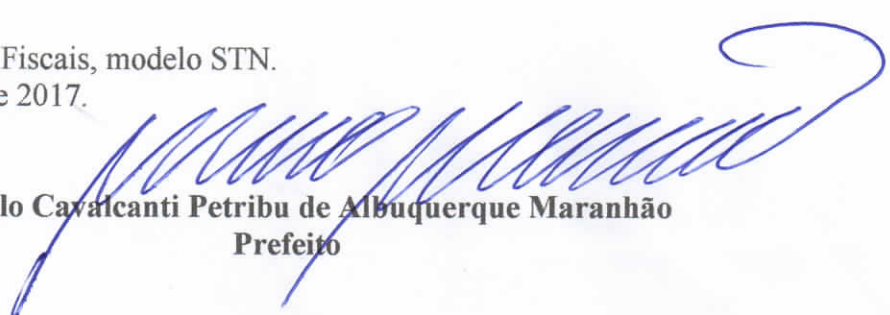
4. Ocorrência de decisões judiciais que impliquem em despesas não previstas ou orçadas em valor menor do que o montante imputado.

5. Baixo retorno da arrecadação da dívida ativa, no exercício de 2018, em decorrência de resposta insatisfatória dos esforços administrativos e demandas judiciais mais demoradas.

Havendo as ocorrências citadas, serão tomadas as providências referenciadas na folha anterior, por meio de utilização da reserva de contingência e realocação de recursos e redução de despesas discricionárias.

Considerando riscos hipotéticos, a quantificação financeira é de difícil mensuração, ficando a planilha sugerida pela STN, sem estimativa concreta de valores, com a indicação de contingência passiva.

Anexa Tabela de Riscos Fiscais, modelo STN.
Ribeirão, 22 de agosto de 2017.



Marcello Cavalcanti Petribu de Albuquerque Maranhão
Prefeito



MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2018

ARF (LRF, Art. 4º § 3º)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS		R\$ milhares
Descrição	Valor	Descrição	Valor	
Demandas Judiciais		CONTINGÊNCIA PASSIVA SEM ESTIMATIVA DE VALOR		
Dívidas em Processo de Reconhecimento				
Avais e Garantias Concedidas				
Assunção de Passivos				
Assistências Diversas				
Outros Passivos Contingentes				
SUBTOTAL		SUBTOTAL		
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS		
Descrição	Valor	Descrição	Valor	
Frustração de Arrecadação		CONTINGÊNCIA PASSIVA SEM ESTIMATIVA DE VALOR		
Restituição de Tributos a Maior				
Discrepância de Projeções				
Outros Riscos Fiscais				
SUBTOTAL		SUBTOTAL		
TOTAL		- TOTAL		

MARCELLO CAVALCANTI PETRIBU DE ALBUQUERQUE MARANHÃO
PREFEITO